

ARQUIVOS JUDICIAIS DA PARAÍBA: ORGANIZAÇÃO E ACESSO A INFORMAÇÃO

“Viver de fato é viver com informação”

Anna Carla Silva de Queiroz¹

Marcíla Gama da Silva²

Resumo:

O trabalho configura-se em apontamentos de uma pesquisa em estágio em andamento de minha monografia de conclusão de curso da Pós Graduação em Gestão de Arquivos Públicos e Privados da UNIVERSO-PE. Nesse estudo, estamos realizando um mapeamento do potencial arquivístico do estado da Paraíba e desenvolvendo uma análise da organicidade e meios de acesso à informação nos arquivos judiciais na fase permanente. Neste sentido, nosso trabalho se insere num campo teórico que discute a contradição entre o direito à informação, ou seja, o acesso pleno aos documentos produzidos e acumulados pela administração pública e a realidade das instituições arquivísticas públicas, em particular as instituições jurídicas, com suas dificuldades em tornar, em muitos casos, acessíveis para o público, essas informações. Assim, traçaremos um perfil histórico e atual da importância desses arquivos e de sua inserção na estrutura judicial do Estado, das formas de organização (descrição e conservação do acervo) e programas de gestão da informação, bem como, a análise de infra-estrutura, recursos humanos e tecnológicos existentes e, por fim, do acesso a essa informação.

Palavras-chave: Arquivo. Informação. Organização

Abstract:

The works boards the project of my monograph of the Pos-Graduation course conclusion in: Private and Public Archive Management of the UNIVERSO-PE. In this application, we go accomplish a survey State's archival potential and an organization analysis and the middles of access to information in the judicial public archives of the seaside village. Our work is insert in the theory field that debate the contradiction between the information rights, in the words, the full access to the records produced and accumulated for the public administration and the reality of the public archival institution of the state, in particular the judicial institution, with yours difficulty in return, in many cases, accessible to the public, those information. We'll trace a historical profile and actual of the importance from that archives and your introduce in the judicial structure of the state, organization ways (description and conservation in the documents whole) and information management programs as well as the infra-structure, human and technology appeal existent and, at last, the access to that information.

Keywords: Archive. Information. Organization.

¹ Aluna do curso de arquivologia da UEPB e da Pós graduação em Gestão de Arquivos Públicos e Privados da Universo-PE e licenciada em História pela Universidade Federal da Paraíba. E-mail: annacarlasq@gmail.com

² Professora Orientadora da Pós Graduação UNIVERSO-PE. E-mail: marciliagama@yahoo.com

1 Introdução:

Neste estudo, estamos realizando um mapeamento e analisando a organicidade dos arquivos públicos judiciais do estado da Paraíba, objetivando traçar um perfil histórico e atual da importância desses arquivos e de sua inserção na estrutura judicial do Estado, das formas de organização (descrição e conservação do acervo) e programas de gestão da informação. Interessa-nos também saber da infra-estrutura e recursos humanos e tecnológicos existentes.

No Brasil, ainda são muitas as dificuldades encontradas pelas instituições para manter seus arquivos disponíveis para consulta, seja com o objetivo de realizar pesquisa científica ou mesmo na busca de direitos por parte dos cidadãos. Assim, pensando na importância do acesso à informação a partir dos arquivos públicos enquanto objeto de preservação da memória, estamos realizando um mapeamento do potencial dos arquivos judiciais no estado.

Nosso interesse por essa temática deve-se por três motivos, à recorrência aos documentos judiciais como fonte de pesquisa, o direito a informação e o contato com essa temática na Graduação em História que concluímos na UFPB.

Nos estudos históricos, por exemplo, o uso de informações ligadas à repressão constituem um capítulo relativamente recente da historiografia. Assim, processos inquisitoriais, inquéritos policiais e processos judiciais constituíram-se numa das principais matrizes de trabalhos preocupados com a “história dos costumes” ou com a “história vista de baixo”. Essa tipologia documental possibilita ao estudioso, resguardando-se os devidos cuidados metodológicos, chegar perto da mentalidade e experiência dos homens do passado.

O valor e o uso histórico, probatório e antropológico de fontes ligadas a repressão constituem um capítulo relativamente recente dos estudos que delas prescindem. Apesar de a chamada “história vista de baixo” ter sido inicialmente desenvolvida por historiadores ingleses, a obra de maior repercussão neste campo foi “*Montaillon*”, do historiador francês Le Roy Ladurie. Nela, o autor explora o mundo mental e material de uma pequena aldeia medieval camponesa dos Pirineus tomando por base os registros inquisitoriais produzidos no decorrer de uma investigação de práticas heréticas no início do século XIV. Esses gêneros documentais possibilitam ao pesquisador, resguardando-se os devidos cuidados metodológicos, chegar perto da mentalidade e experiência dos homens do passado. Outra obra que se tornou referência pela utilização desse tipo de fonte (bem como por sua abordagem

original), servindo também de inspiração para outros trabalhos, foi “*O queijo e os vermes*”, do historiador italiano Carlo Ginzburg (2006). Nesta obra, o autor se propôs a analisar o mundo intelectual e espiritual de um moleiro que teve problemas com a inquisição e à exemplo de “*Montaillon*”, sua base documental foram as fontes judiciais. Esses trabalhos, dentre outros, mostraram as possibilidades de uso de uma documentação oficial para explorar o universo mental e as experiências cotidianas dos homens no passado, contudo, algumas críticas relativas a objetividade de tais fontes e ao manejo metodológico das mesmas foram suscitadas forçando um debate que enriqueceu as abordagens e formas de interpretação das mesmas. Carlo Ginzburg (2006), por exemplo, trata no prefácio da edição italiana (traduzida para essa edição brasileira) na obra citada, dessas questões mostrando basicamente as dificuldades, cuidados e possibilidades do uso desse tipo de documentação.

Esses trabalhos exerceram profunda influência sobre outros que no Brasil e fora dele tomaram por base o uso de fontes criminais. Alguns desses trabalhos se dedicaram aos temas da violência ou criminalidade. O tema da violência, por exemplo, vem permeando vários trabalhos cujas temáticas giram em torno de guerras, revoltas e tumultos. Também o tema da criminalidade tem ganhado igualmente força nas últimas décadas a partir de trabalhos originais que, ora enfocam os mecanismos de repressão e punição, ora de dedicam a atuação social dos criminosos.

Além desses aspectos científicos, que configuram a importância dos arquivos jurídicos, existem atualmente demandas de ordem social que justificam sua importância. Um exemplo disso é a recente lei que garante aos perseguidos políticos da época da ditadura militar no Brasil (1964-1985) o reconhecimento por parte do Estado dessas perseguições e o pagamento de indenizações aqueles que de alguma maneira sofreram nesse contexto político. Assim, várias pessoas que perderam seus empregos, foram presas ou padeceram de algum modo recorrem hoje a diversos arquivos, dentre eles os judiciais, para garantir seus direitos.

Por fim, é importante frisar a importância pessoal dessa proposta de estudo. De modo geral, a formação de historiadora me fez valorizar a importância dos arquivos públicos para profissionais de diversas áreas, a exemplo da minha. De modo específico o contato com a Prof^a Dr^a. Lucia Guerra na “Disciplina Seminário e Pesquisa”, que com competência e encanto nos despertou o interesse pela arquivologia, onde debatemos os conceitos dessa

ciência, a problemática dos arquivos no Brasil e aplicamos os métodos arquivísticos no Arquivo Geral da UFPB. Essa perspectiva me levou a fazer uma Graduação em Arquivologia pela UEPB e uma especialização em arquivos (UNIVERSO), nas quais meu interesse pela ciência da informação não apenas se cristalizou como também cresceu exponencialmente levando-me a optar por um aprofundamento nesse campo de estudos.

2 Metodologia

Nossa proposta de estudo se enquadra no que se refere a tipologia da pesquisa, numa investigação exploratória, pois tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer, modificar conceitos e idéias a partir da formulação de problemas e/ou hipóteses.

Optamos por essa metodologia, pois segundo (GIL, 2007 p.43):

Essas pesquisas são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar uma visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Esse tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema é escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizadas.

Na escolha de nossa temática percebemos em leituras iniciais que a mesma é pouco explorada na literatura arquivística paraibana, justificando-se a opção por uma pesquisa de caráter exploratório.

Após a formulação de nosso problema na pesquisa, seguimos um segundo passo, que foi o delineamento de nossa pesquisa, procurando estabelecer um marco teórico onde nossa pesquisa encontrasse uma lógica científica. Contrapomos então, a visão teórica do fenômeno com uma verificação empírica proporcionada pelo estudo de caso.

Para Gil (2007 p.72), o estudo de caso é exaustivo e engloba muitas variáveis do objeto e/ou fenômeno de estudo, o que nos permitirá o conhecimento amplo, tarefa quase impraticável em outros delineamentos de pesquisa. Para YIN *apud* GIL (2007, p. 73), o estudo de caso é:

Um estudo empírico que investiga um fenômeno atual dentro de seu contexto de realidade, quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto de realidade, quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas e no qual são utilizados varias fontes de evidencia.

Em nosso caso, trata-se de uma área organizacional, ou seja, os arquivos permanentes das comarcas do tribunal de justiça da Paraíba, contemporaneamente que já passaram por níveis mínimos de organização. Em verdade, não se trata de um caso único, mas de um estudo de casos múltiplos, haja vista que pretendemos estudar mais de uma unidade de análise o que tornará os resultados mais convincentes.

O estudo de caso tem ainda vantagens adicionais porque a coleta dos dados nele pode ser de diversas formas dentre as quais pretendemos privilegiar a observação e entrevista. Nesse momento estamos na etapa de análise das informações coletadas, onde estamos contrapondo as teorias adequadas a esta análise.

No terceiro e último passo utilizaremos como instrumento de pesquisa de coleta de dados, a observação e entrevistas. Enveredamos pelo caminho da observação, pois poderíamos diretamente, perceber aspectos que consideramos pertinente em nossa pesquisa, diminuindo substancialmente a subjetividade que permeia os processos nas pesquisas em ciências sociais. Nossa observação será de viés simples, ou seja, iremos analisar os fatos como um mero espectador, sem qualquer interferência do grupo ou comunidade analisada. Embora possa se apresentar com uma coleta informal terá um rigor científico de análise e interpretação dos dados.

Já a entrevista será mais uma forma de obtenção de dados relevantes a investigação, nos proporcionando uma interação com o entrevistado, um dialogo entre o coletor de dados e a fonte de informação.

Enfim, o estudo de caso em nossa proposta de estudo permitirá uma compreensão aprofundada do contexto organizacional dos arquivos judiciais do estado da Paraíba permitindo ao pesquisador estudar, compreender os diversos processos que interagem no contexto estudado com a ajuda dos instrumentos de análise.

3 Referencial Teórico

Uma das principais funções das instituições arquivísticas é o acesso as informações para todos aqueles que delas prescindem e como afirma Paes (2007, p.20), tem por finalidade servir a administração, constituindo-se, com o decorrer do tempo, em base de conhecimento da história. Para (MALHEIRO, 1999) a informação é:

Uma espécie de “substância”, susceptível de ser movimentada, transferida, manipulada e “consumida”, muitas vezes com vistas à satisfação de uma necessidade. Assim sendo, essa substância deverá ter existência material e, conseqüentemente, terá de ser depositada sobre algo manuseável, ou seja, um suporte físico. (p23).

No caso de instituições públicas, as informações sobre sua criação e sobre suas principais transformações estruturais deverão estar contidas na legislação, organograma, podendo ser complementadas através da consulta de relatórios de atividades e atas de reuniões das instâncias internas de poder

Já o conhecimento seria a informação partilhada socialmente. Possui natureza processual e só existe quando distribuída, analisada e incorporada pelos indivíduos, quando adquire função social. Ela só é conhecimento quando liga, conecta.

O termo ‘informação’, e ‘conhecimento’ são quase sinônimos, “informação designa o conteúdo daquilo que permutamos com o mundo exterior ao ajustar-se a ele, e que faz com que nosso ajustamento seja nele percebido. Viver de fato é viver com informação.” (MCGARRY, 1999, p. 32)

Em especial, os arquivos públicos, especificamente jurídicos em âmbito paraibano, nosso objeto de estudo, que assumem um caráter especial, pois servem segundo (JARDIM, 1999, p 47 e 48) como:

Os arquivos, como suporte de informação, refletem o funcionamento do aparelho estatal. O capital informacional não se exerce apenas pelo quantum de informação acumulada, mas também pelos usos ou não usos desse capital, implicando em diversos graus de transparência e opacidade do Estado. Enquanto expressão cotidiana, a informação arquivística traduz, nos termos em que é gerenciada (ou negligenciada) os diversos matizes entre a transparência e a opacidade. Os documentos de arquivo evidenciam o tratamento que o Poder Público tem dispensado à sua informação. Ao longo de anos, a situação dos arquivos públicos tem sido objeto de diversos diagnósticos, e vem denunciando a sua progressiva corrosão, desde os documentos acumulados nos depósitos como daqueles ainda em fase de produção, passando pela precariedade organizacional, tecnológica e humana.

A opção pela escolha desses arquivos permanentes se deu por se tratarem de arquivos estaduais³ e conseqüentemente públicos⁴, e suas políticas de acesso a informação a seus

³ Arquivo público mantido pela administração estadual, identificado como o principal agente da política arquivística nesse âmbito. (ARQUIVO NACIONAL, 2007 p. 7)

usuários. De acordo com a lei 8.159 da Constituição Federal de 1988, conhecida como Lei de Arquivos que dispõe:

“Art. 1º - É dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à acultura, ao desenvolvimento científico e como elemento de prova e informação”

Estamos observando que a gestão de documentos se apresenta como uma possibilidade ou um dos caminhos capazes de operacionalizar uma satisfatória racionalização de massa documental e, sobretudo permita a integridade do conjunto documental. Essas observações tem nos levado a diversos questionamentos, como, as organizações públicas tem adotado a gestão de documentos? Se estão adotando, quais os critérios?

Num ponto de vista prático, a ciência da informação tornou-se uma ciência social que se apóia na tecnologia, tendo por objetivo o estudo das propriedades gerais da informação, a saber, natureza, gêneses e efeitos, procurando analisar seus processos de construção, comunicação, armazenamento e uso da informação.

Estudaremos, portanto os processos de construção, gestão, comunicação e usos das informações arquivísticas no âmbito jurídico paraibano, procurando perceber o papel do profissional da informação nas instituições estaduais (LE COADIC, 2004) bem como, as formas de acesso a essa informação disponibilizada aos seus usuários.

Agora, por mais que saibamos de sua importância, não podemos ter a plena dimensão de quanto é importante, porque não temos distanciamento crítico. A perspectiva vem com o tempo, vem com a transformação das relações sociais. E os historiadores tem que fazer a sua parte também; procurar esse material onde ele ainda existe, começar a usar e mostrar a densidade e riqueza desse processos judiciais, para se contar a história das relações de trabalho no Brasil do século XX. A sensibilidade para a importância disso, o nosso entendimento de seus inúmeros significados tende a aumentar ao longo do tempo. O único jeito de ir pra frente é relativizar o presente. Você relativiza o presente percebendo, entendendo como eram as relações de trabalho no passado, de onde viemos; é dessa maneira que poderemos imaginar alternativas para os problemas que estiverem se revelando aos nossos olhares hoje em dia.

⁴ Arquivo de entidade coletiva pública, independente de seu âmbito de ação e do sistema de governo do país (ARQUIVO NACIONAL, 2007, p.8)

Por fim, analisaremos as instituições arquivísticas jurídicas paraibanas com o intuito de observar os processos de comunicação e uso da informação das mesmas e o perfil de usuários.

5 Considerações finais

Mediante o fato de a pesquisa encontrar-se em andamento, podemos inicialmente inferir que, os espaços físicos destinados aos arquivos judiciais paraibanos nem sempre são os ideais, delegando aos profissionais da informação, uma articulação com os gestores de seus órgãos, na tentativa de angariar recursos necessários a preservação, proteção e acessibilidade aos documentos do arquivo. Segundo o Conarq (2000, p.03)

Um arquivo deve oferecer serviços e atividades para o público, possibilitar o trabalho técnico e administrativo e possuir áreas de depósito reservadas, com condições climáticas e de segurança especial. Assim, o edifício precisa ser planejado ou adaptado, prevendo-se os trabalhos relacionados com recolhimento, organização, arranjo, guarda, preservação e segurança do acervo, bem como atividades de pesquisa, educativas e culturais. Também devem ser previstas instalações e facilidades de acesso para deficientes físicos, sejam eles usuários ou funcionários.

Concluimos, portanto que a gestão de documentos nos arquivos judiciais paraibanos seja necessária para uma administração mais eficiente e eficaz, bem como, uma facilitação no acesso a informação aos usuários do arquivo permanente da instituição, uma vez que, os documentos públicos não pertencem a uma pessoa ou instituição, devido a seu caráter público, pertencem à sociedade, conforme afirma a Constituição Federal de 1988, delegando aos agentes públicos sua adequada guarda.

6 Referências:

- BELLOTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- BRASIL, Arquivo Nacional. **Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo**: relativas às atividades meio da administração pública/Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, 2001.
- _____. **Recomendações para a construção de arquivos**. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, 2000.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 05 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 1990.
- CASTRO, Astréa de Moraes, CASTRO, Andressa de Moraes e GASPARIAN, Danuza de Moraes. **Arquivos**: físicos e digitais. Brasília: Thesaurus, 2007.
- FONSECA, Maria Odila Kahl. **Direito à informação**: acesso aos arquivos públicos municipais. Rio de Janeiro. 1996. Dissertação de Mestrado em Ciência de Informação. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia/UFRJ.
- _____. **Arquivologia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- FREIRE, Gustavo. Ciência da Informação: temática, histórias e fundamentos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.11, n.1 p.6-19, jan./abr.,2006.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu i PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2006.
- JARDIM, José Maria. **Informação governamental**: acesso e sigilo. Política & administração. Rio de Janeiro: FESP, V.3, N.4, p 29-36, nov. 1998.
- JARDIM, José Maria. **Sistemas e Políticas Públicas de Arquivos no Brasil**: Niterói: EDUFF, 1995.
- LE COADIC, Yves-Fraçois. **A ciência da informação**. 2. ed.rev. e atual. Brasília,DF: Briquet/Livros,2004
- MCGARRY, Kevin. **O contexto dinâmico da informação**: uma análise introdutória. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.
- PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. 3ª edição Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- SARACEVIC, T. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.1, n.1, p.41-62, jan./abr., 1996.
- SANTOS, Vanderlei Batista (org). **Arquivística**: temas contemporâneos. Distrito Federal: SENAC, 2007.
- SILVA, Armando Malheiro da et al. **Arquivística**: teoria e prática de uma ciência da informação. Porto: Edições Afrontamento, 1999.
- SILVA, Armando Malheiro. **Das ciências documentais a ciência da informação**. Porto: Edições Afrontamento, 2002.
- _____. **Informação**: da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico. Porto: Edições Afrontamento, 2007.
- SILVA, Zélia Lopes da.(org.). **Arquivos, Patrimônio e Memória: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP: FAPESP, 1999.
- SHELLENBERG, T.R. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. Rio de Janeiro: FGV, 2006.